

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Conceio do Estado Class.: 237

Data: 15.02.85 Pg.: _____

Por Cr\$ 3,7 bi termina 4468 conflito na Bodoquena

O capítulo mais importante da história envolvendo os índios Caduvéos da Reserva de Bodoquena e as 406 famílias de posseiros, que ocupam parte de suas terras, deu-se ontem no Palácio do Governo, portanto fora da área de conflito, com a assinatura do contrato de compra e venda entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, e a Noroeste do Brasil, de uma área de terras, em Nioaque: a Fazenda Conceição, com 11 mil hectares. Do ato, às 16 horas, participaram praticamente todos os órgãos e secretarias de Estado envolvidos na questão, menos os mais interessados: os índios, que não foram avisados a tempo.

Embora a compra da área que assentará as 406 famílias seja o ato mais importante da história, porque representa o fim de um longo conflito entre as partes, a história não chega ao seu "final". Muitas providências devem ser tomadas ainda, antes que a área dos caduvéos seja desocupada e os índios possam dar-lhe a melhor destinação que julgarem necessária.

O Incra deverá iniciar o trabalho de parcelamento da terra e, segundo o coordenador regional,

Celso Cestari, o órgão vai começar a remarcar, medir as terras, o mais breve possível, para que as primeiras famílias de posseiros que se encontram nas áreas mais conflitivas e que não possuem terras cultivadas, possam se transferir ainda em março. O Instituto estima que gastará, além dos Cr\$ 3,7 bilhões pagos pela área, uma verba suplementar de Cr\$ 6 bilhões e 700 milhões de cruzeiros para realizar os serviços topográficos, e de infra-estrutura, como escolas, posto de saúde e centro comunitário. Neste projeto pretende-se eliminar problemas encontrados em assentamentos anteriores, onde se verificaram graves problemas sanitários entre outros.

Após a assinatura do contrato de compra e venda, o governador Wilson Barbosa Martins, em discurso improvisado, salientou a necessidade de incrementar a agricultura no Estado, que garanta a subsistência do homem. Entre os produtos que merecem maior atenção do homem, segundo o governador, o arroz, seguido pelo feijão e a mandioca, que garantirão a alimentação básica. Esta política só será alcançada nas pequenas e médias proprie-

dades, uma vez que as grandes estão voltadas para a soja, produto destinado, em grande parte, para a exportação, ou da cana-de-açúcar, ocupando o primeiro lugar na produção estadual. Daí, segundo o governador, a importância deste ato que não deve ser isolado, mas acompanhado de outros pelo futuro Governo que se instala em março.

Wilson Barbosa Martins

prometeu que o trabalho iniciado em Padroeira do Brasil e Nioaque, não se esgotará "aqui", mas que estará acordado com o Incra para a realização de trabalhos como transporte, assistência, instalação e suprimentos de sementes. Quanto a novos assentamentos, disse que encaminhou à Assembléia Legislativa um projeto da nova política fundiária no Estado.



Sala cheia para o fim de um caso que dura anos e anos

Posseiros pedem prazo de 90 dias

Embora os posseiros que ocupam as terras dos índios caduvéos em Bodoquena estejam satisfeitos com a notícia que terão a partir do próximo mês seus próprios lotes para plantarem, pediram à Funai e Governo do Estado que negociem com os índios uma permanência extra em suas terras de mais 90 dias, além do prazo dado pela comunidade indígena, que expira no dia 15 de março.

Neste prazo, os agricultores pretendem iniciar uma nova lavoura que lhes garanta alimentos e recursos financeiros suficientes para o início da colonização das terras da Fazenda Conceição, em Nioaque. Os posseiros alegam que não contam com reservas financeiras para se manter durante um período, relativamente longo, que vai desde o desmate até a retirada da primeira safra de alimentos. Isto se deu face às últimas plantações, principalmente do feijão das águas, não ter produzido por causa das chuvas constantes.

Os lavradores, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bodoque-

na, receberão uma parcela de 25 a 40 hectares por família. A diferença dos lotes reside no fato da terra não apresentar o mesmo grau de fertilidade.

O delegado da Fundação Nacional do Índio, Chafic João Tomás afirmou que a solução para o problema de maior tensão social no Estado, foi excelente. Por outro lado, Chafic Thomás disse que tentará mais uma negociação entre índios e posseiros, para tentar uma maior tolerância quanto à permanência adicional até final de junho, acreditando que, neste caso, possam ocorrer dois fatos distintos: a compreensão dos índios, visto que a situação já está definida ou a manutenção da decisão de desocupar a área invadida no último prazo estipulado: 15 de março.

Chafic Thomás prefere acreditar na primeira hipótese, uma vez que os índios sempre atenderam as reivindicações feitas pela Funai, bem como aposta na possibilidade de conversação entre os índios e lavradores, que praticamente falam a mesma linguagem, se for levado em consideração a cultura que possuem.